

## ÍNDICE

|                                                                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                       | <b>2</b>  |
| <b>PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2006 .....</b> | <b>4</b>  |
| 1. Breve retrospectiva dos trabalhos realizados ao longo do ano .....                                                         | 4         |
| 2. Desafios da Acção Governativa .....                                                                                        | 6         |
| <b>SEGUNDA PARTE – PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2007.....</b>       | <b>9</b>  |
| <b>TERCEIRA PARTE – CORAGEM PARA ASSUMIR A MUDANÇA E COMPROMETIMENTO SOLIDÁRIO – ANÁLISE DE TEMAS ESPECÍFICOS .....</b>       | <b>15</b> |
| 1. Reforma da Administração e do Sistema Jurídico.....                                                                        | 15        |
| 2. Organismos Consultivos da Opinião das Forças Sociais.....                                                                  | 19        |
| 3. Recursos Humanos .....                                                                                                     | 21        |
| 4. Apoios ao Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas .....                                                             | 25        |
| 5. Trânsito, Habitação e Projectos de Urbanismo .....                                                                         | 27        |
| 6. Solidariedade Humana .....                                                                                                 | 30        |
| 7. Desenvolvimento da Educação e Cultura .....                                                                                | 31        |
| 8. Construção de uma Sociedade Harmoniosa .....                                                                               | 34        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                        | <b>41</b> |

**GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU**  
**DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**  
**LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA**  
**ANO FINANCEIRO DE 2007**

CHEFE DO EXECUTIVO HO HAU WAH  
16 de Novembro de 2006

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,  
Excelentíssimos Senhores Deputados:

## **INTRODUÇÃO**

No decurso deste ano, com o apoio empenhado do Governo Central e contando com os esforços comuns de toda a população de Macau, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem continuado a superar os desafios e a autoqualificar-se no processo de abertura e transformação social, conquistando novos progressos, sob a égide dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

Ao longo deste período, o Governo analisou com acuidade as situações de desarticulação resultantes das diferenças entre o desenvolvimento global e o desenvolvimento sectorial, o desenvolvimento a longo prazo e o desenvolvimento a curto prazo da sociedade, razão pela qual tomou medidas de longo alcance para assistir os grupos sociais de carência absoluta e de carência relativa. O Governo reforçou o investimento em sectores não-económicos da sociedade para efeitos da promoção de um desenvolvimento equilibrado de diferentes sectores sociais. Procurámos identificar áreas fulcrais para a introdução de mecanismos de consulta da opinião pública, a fim de elevar o nível de democratização no processo de definição das políticas.

Hoje, a estratégia de desenvolvimento da RAEM já passou da fase de incremento privilegiado do sector predominante da nossa economia para entrar numa nova fase, em que se dá destaque ao desenvolvimento global sob o impulsionamento do sector predominante. Os frutos das obras desenvolvidas na primeira fase, objectivamente, constituíram-se em recursos para suportar os trabalhos da segunda fase. Para o próximo ano, o Governo, tendo em consideração as noções de continuidade e revisão das políticas, irá empenhar-se na reconversão estratégica a partir de intervenções em duas áreas: por um lado, guiados pelos princípios de humanização e especialização do sector dominante, promover a diversificação adequada da nossa economia e dos nossos serviços sociais; por outro, são intervenções a nível infraestrutural, no sentido de, através da observação dos sinais exteriores da vida pública, melhor compreender os conflitos sociais latentes e identificar as raízes desta problemática complexa, com vista a assegurar uma distribuição justa de benefícios e oportunidades aos sectores sociais. Para garantir um aperfeiçoamento profundo dos trabalhos no âmbito da acção social, iremos dedicar mais esforços para a elevação da qualidade das forças vivas da nossa sociedade. Iremos empenhar-nos na divulgação de valores humanistas em todos os níveis e na promoção de princípios éticos em todos os sectores. Iremos despender mais energias para aprofundar a reforma administrativa e a inovação social, sempre guiados pelo espírito de “servir melhor o público”. Iremos criar mais oportunidades para o desenvolvimento pessoal dos nossos cidadãos e condições de vida mais agradáveis para a nossa população. Iremos trabalhar para alargar as bases materiais e espirituais necessárias para assegurar uma sociedade de harmonia.

## **PRIMEIRA PARTE – BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2006**

### **1. Breve retrospectiva dos trabalhos realizados ao longo do ano**

No âmbito da administração pública, demos continuidade à consolidação dos trabalhos de reforma em curso e aprofundámos a reorganização da estrutura administrativa. Na sequência das reformas empreendidas nos últimos anos, conseguimos centralizar os serviços dispersos em áreas diferentes e substituir os trabalhos manuais por meios informatizados, transformando radicalmente o panorama dos serviços públicos.

O Governo, a partir de intervenções na área de serviços ligados à qualidade de vida da população, conseguiu reunir uma experiência útil no domínio da auscultação da opinião pública, sendo de destacar a medida inovadora de os dirigentes da administração se disponibilizarem a entrar em diálogo directo com os cidadãos e a ouvir as suas sugestões.

Os trabalhos de reforma jurídica desenvolvidos sob a direcção eficaz do mecanismo central conheceram progressos a nível da qualidade e quantidade dos resultados. As intervenções no Direito constituíram o eixo da acção governativa para efeitos do aumento do grau de transparência na governação e reforço da fiscalização activa das políticas pela Assembleia Legislativa e pelos cidadãos.

Face à conjuntura social e tendo sempre presente as características da evolução da criminalidade, o Governo manteve-se firme na sua vontade de combater todas as formas de criminalidade, redefinindo, programando e executando medidas eficazes. O Governo aliou-se às associações para promover acções de prevenção criminal, com vista a melhor proteger a vida e os bens dos cidadãos e a manter a segurança e a estabilidade da nossa sociedade.

No decurso do ano, a economia conheceu um nível de retoma acelerado. O crescimento rápido da indústria do turismo e do jogo gerou um rendimento satisfatório. Tanto o número das sociedades comerciais constituídas como o respectivo capital social atingiram índices mais elevados e muitos sectores de actividade registaram resultados animadores. O mercado financeiro, de um modo geral, manteve-se estável e o nível de poupanças da população conheceu uma subida constante.

A implementação do CEPA contribuiu para aprofundar a cooperação económica entre Macau e o Continente Chinês. A postura pragmática do Governo e do empresariado local contribuiu para intensificar o intercâmbio com o exterior e a cooperação regional. A realização com êxito da Segunda Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) confirmou o papel de Macau enquanto plataforma de serviços. O recém-inaugurado Parque Industrial Transfronteiriço será uma experiência piloto a servir de referência no plano de reforma estrutural.

Com os esforços de todas as partes, a situação do emprego conheceu uma melhoria constante. O Governo iniciou um conjunto de intervenções no sistema jurídico destinado a melhor proteger os direitos legítimos dos trabalhadores e reforçou as medidas para promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

A causa do ensino sempre esteve na primeira linha das preocupações do Governo. O Governo fez grandes investimentos na ampliação das infraestruturas físicas e nos recursos humanos deste sector. Por outro lado, registaram-se progressos nos trabalhos de revisão da legislação do sector educativo.

O Governo manteve-se empenhado no reforço dos serviços na área de acção social e segurança social, tendo prestado um significativo apoio aos grupos sociais fragilizados e generalizado o conceito de segurança social sustentada. Demos continuidade ao impulsionamento dos trabalhos destinados

a garantir a saúde da população e a prevenir a incidência de enfermidades, com vista a construir uma cidade saudável.

O Governo tem depositado particular atenção na melhoria das condições de habitabilidade da população. Assim, deu-se início, de forma programada, aos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos. Tanto o Governo como os cidadãos sentiram a premência da necessidade de reorganizar o sistema de trânsito rodoviário. O Governo tomou atempadamente medidas para enfrentar o problema de salinidade das águas, promover a poupança de energias e a generalizar a consciência da importância de protecção ambiental no seio da sociedade.

O Governo organizou uma série de acções diversificadas no plano cultural, artístico e desportivo, sempre sob a égide dos princípios de generalização dos benefícios e elevação da qualidade – políticas que mereceram o acolhimento dos cidadãos. Ao desenvolver acções para elevar gradualmente a qualidade de vida dos cidadãos, o Governo também investiu na formação de valores locais com talento e potencialidades na área do Desporto e da Arte. Nós incentivámos a leitura, promovemos a divulgação da Ciência, encorajámos o desenvolvimento da tecnologia informática e estamos empenhados em elevar o patamar do progresso social.

## **2. Desafios da Acção Governativa**

Todos nós observámos com acuidade que o crescimento acelerado da economia e da sociedade iria fazer nascer novas oportunidades, mas também poderia agravar a conflitualidade. Alguns problemas de raiz histórica voltaram a emergir das profundezas e fomos obrigados a confrontar-se com dificuldades nunca antes identificadas. O desequilíbrio característico da primeira fase da expansão económica, de certo modo, colocou as pequenas e médias empresas e a população numa situação difícil e no horizonte se pode vislumbrar os primeiros sinais de inflação. Os problemas resultantes da falta de recursos humanos são preocupantes e as dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas tendem a agravar-se. Podemos constatar uma tendência

crescente de sede por bens materiais e posturas de visão curta e o aumento de incidência da pequena criminalidade.

As mudanças drásticas da sociedade e os desafios, tanto os novos como os de longa data, decorrentes da acção governativa, confirmam a existência de um espaço de manobra maior que o previsto para melhorar os trabalhos do Governo. Temos consciência desta exigência premente da sociedade. O cerne de toda esta problemática reside na forma como as políticas devem reflectir a vontade da população e qual a direcção correcta para o desenvolvimento social. O objectivo último será sempre a elevação da credibilidade do poder público dentro de um sistema político em que o Executivo assume um papel predominante.

Há que reconhecer que algumas políticas e medidas não foram providas por uma ampla base de apoio popular. Outras, foram concebidas sem um conhecimento adequado dos factores favoráveis e das condições negativas. Ainda constatámos situações em que os meios de execução política substituíram os objectivos e situações em que as decisões se limitaram a incidir sobre procedimentos do dia a dia. Esta é a radiografia do comportamento institucional de alguns organismos públicos. Este modelo de actuação fez com que os organismos se afundassem no vício de resolver problemas de forma casuística, sem capacidade para dominar e compreender o significado da interligação multifacetada de todas as vertentes de governação.

Temos ainda que enriquecer a nossa sabedoria e elevar a arte de bem governar. Alguns organismos públicos são reféns de uma mentalidade presa a concepções abstractas, sem capacidade para discernir os aspectos práticos dos problemas. Outros, faltam-lhes criatividade e capacidade para se distanciarem do quotidiano, limitando-se a reproduzir mecanicamente os procedimentos que dominam, sem nenhum esforço para avaliar e ponderar a conjuntura, sem a sensibilidade para antecipar as crises e sem visão estratégica. Em algumas áreas, não soubemos transmitir bem os nossos objectivos à sociedade, não logrando, deste modo, conquistar maior apoio da população para as nossas medidas.

As circunstâncias que acabei de enunciar levaram a que alguns organismos públicos não tenham sabido atribuir suficiente importância à participação da população no processo de definição de políticas. Por esta razão, mesmo quando as políticas e medidas apresentadas sejam as mais adequadas, esses organismos têm dificuldade em assegurar a compreensão da população, conquistar a sua adesão e obter a sua colaboração, resultando no aumento do grau de constrangimento na execução das políticas e na redução da sua eficácia.

No sistema político em que é atribuído um papel predominante ao Executivo, é exigido aos agentes de governação não só uma excelente capacidade de trabalho mas também elevados padrões de comportamento ético. No entanto, não deixamos de reconhecer que ainda existem pontualmente casos, embora raros, de falta de dedicação, ausência de sentido de responsabilidade, colocação de interesse particular acima de outros interesses, ânsia para conquistar uma imagem de mérito e alijamento de responsabilidades, criação de histórias de ficção para encobrir a incompetência e recurso a técnicas de relações públicas para camuflar os erros no seio dos dirigentes da Administração. Nós exigimos a essas pessoas que reflectam bem sobre o seu comportamento, rectificando as opções erradas que têm tomado. Queremos que eles melhorem o seu desempenho profissional e utilizem a referência do grau de satisfação do público para demonstrar que são as pessoas certas nos lugares certos.

O Governo tem uma consciência clara da existência de todos esses problemas, a nível objectivo e subjectivo, e reitera o seu compromisso de, com sentido de responsabilidade, reajustar as políticas, com vista à sua resolução.

## **SEGUNDA PARTE – PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2007**

Nos próximos anos, prevemos a estabilização do ritmo de desenvolvimento social e crescimento económico de Macau e a sedimentação das transformações estruturantes. Nessas circunstâncias, devemos ter uma visão de alcance estratégico para melhor identificar os rumos do desenvolvimento futuro e, em conjunto, lutarmos para atingir os nossos objectivos.

No domínio do desenvolvimento da economia, iremos assistir no futuro à evolução do turismo tradicional para um novo modelo de turismo que integra de forma orgânica as componentes de cultura, convenções e exposições, jogo, venda a retalho, desporto, ocupação de tempos livres e férias, gastronomia típica e grandes eventos, entre outros. Esta linha de desenvolvimento irá impulsionar o crescimento conjuntural do sector de serviços. A articulação de uma indústria de turismo diversificada com a oferta de serviços comerciais de qualidade irá criar novas oportunidades de negócios e fazer nascer e crescer novos sectores de actividade.

No domínio dos serviços sociais e noutros domínios, iremos desenvolver as nossas acções sempre guiados pelo princípio “servir melhor o público”, adoptando uma postura realista face aos problemas da sociedade e procurando identificar as origens profundas desses problemas. Comprometemo-nos a analisar as questões numa perspectiva de longo prazo e a tomar as necessárias medidas adequadas. O Governo irá empenhar-se na elevação da qualidade de vida da população, oferecer-lhe mais oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoar as suas capacidades para responder às contingências, tendo em vista uma partilha justa dos frutos do progresso social. Nesta nova fase, é fundamental para a RAEM saber evidenciar, em todas as vertentes da governação, o conceito de sustentabilidade.

Em Macau, o sistema em vigor é o sistema capitalista. A nossa sociedade aceita que os empresários, se cumprirem rigorosamente a lei e assumirem integralmente as suas obrigações perante a sociedade, têm todo o direito em procurar a maior rentabilidade dos seus investimentos. No entanto, tanto o Governo como a sociedade estão atentos ao problema do fosso existente entre as camadas abastadas e os estratos sociais mais pobres. O fundamento nuclear das nossas políticas consiste na garantia de a população em geral beneficiar dos frutos do progresso social. Queremos, em primeiro lugar, melhorar as condições de vida dos mais pobres e prestar assistência eficaz aos necessitados. Em relação à classe média, o Governo está disponível para ouvir as suas opiniões independentes, aliviar a carga fiscal que recai sobre ela e proporcionar-lhe melhores oportunidades de desenvolvimento profissional. Em relação aos empresários, a nossa obrigação é proporcionar-lhes boas condições de investimento e oportunidades iguais de desenvolvimento.

A confluência de factores objectivos e subjectivos permitiu o crescimento rápido do sector de serviços e contribuiu para uma maior aproximação de Macau aos padrões internacionais. Temos consciência da disparidade que existe entre a velocidade do desenvolvimento e as práticas arraigadas da nossa população. Compreendemos a inadequação de uma parte da nossa população, incluindo dentro dela alguns funcionários, face a esses fenómenos de mudança. O Governo está muito atento a esta situação. O Governo da RAEM irá colocar-se na primeira linha de combate, assumindo com sentido de responsabilidade e em conjunto com os cidadãos, a iniciativa de corresponder a essas transformações estruturais. Iremos liderar as gentes de Macau para afastar os escolhos no caminho do progresso, procurando abraçar as oportunidades de mudança para conquistar maiores êxitos e fazer reflectir o nosso grau de desenvolvimento na garantia de maior estabilidade.

Perante os desafios colocados pelas mutações da sociedade, o Governo, no próximo ano, irá prosseguir os trabalhos de reforma administrativa de uma forma mais sólida, integral e profunda. Iremos inovar o sistema consultivo da Administração, promover maior aproximação da acção governativa com as preocupações da sociedade e incrementar o nível de participação da população nas medidas e políticas do Governo.

O Governo irá dar início aos trabalhos preparatórios no âmbito das eleições do próximo Chefe do Executivo em 2009 e as eleições para a 4ª. Assembleia Legislativa. Vamos envidar esforços para que em 2007 possam estar concluídos os estudos e os trabalhos de redacção dos projectos e realizar a auscultação de opinião pública, a fim de garantir que esses projectos estejam prontos para serem entregues à Assembleia em 2008, para efeitos de apreciação.

A diversificação adequada da economia pode ser útil para a optimização da estrutura das nossas indústrias, contribuindo para a estabilidade económica e para o alargamento de opções e oportunidades de emprego. Este é o caminho certo para garantir o desenvolvimento sustentável da RAEM e o objectivo para o qual o Governo e o empresariado local têm desenvolvido esforços contínuos. Para além do processo de diversificação vertical do sector predominante da economia, o Governo irá conceder maior apoio e assistência aos sectores com grandes potencialidades de desenvolvimento, designadamente, o sector de exposições e convenções.

As características singulares da cultura de Macau oferecem-nos condições únicas para o desenvolvimento da indústria cultural. No entanto, a indústria cultural não é a mesma coisa que uma actividade cultural, porque a primeira exige a participação das empresas, enquanto principal investidor. Por isso, queremos convidar todos os peritos, especialistas e personalidades interessadas neste tema a estudar e encontrar uma fórmula que integre organicamente os elementos culturais de Macau com as oportunidades de desenvolvimento empresarial, apresentando e divulgando as linhas de desenvolvimento da indústria cultural consentâneas com as realidades de Macau. Nos últimos tempos, tanto em Macau, como nas regiões vizinhas, registou-se um crescente interesse pela cultura gastronómica de Macau, com particular atenção nas potencialidades comerciais da cozinha local. Face a este cenário, o Governo irá incrementar as medidas de apoio, com vista ao desenvolvimento saudável de estabelecimentos de restauração locais com tradição histórica e de renome. O Governo está a acelerar os estudos tendentes à concepção e à execução de melhores e mais eficazes medidas de apoio, em articulação estreita com a sociedade civil.

O Governo da RAEM continuará a promover activamente a cooperação regional tendente a transformar Macau numa plataforma de serviços com atractivos singulares e capacidade para proporcionar serviços de elevada qualidade, abrindo novos caminhos para o seu desenvolvimento e entrosamento no caudal comum do desenvolvimento regional. A par de esforços para promover o desenvolvimento local, o Governo irá aprofundar a cooperação estratégica com os territórios do Grande Delta do Rio das Pérolas, especialmente as províncias vizinhas de Guangdong e Fujian. Iremos agarrar com sentido estratégico as oportunidades únicas de desenvolvimento oferecidas pela zona económica a oeste do estreito e das regiões do centro, por forma a alcançar o desenvolvimento sustentável local dentro do contexto em que todas as partes saiam ganhadoras dos projectos de cooperação. Iremos também impulsionar projectos de parceria entre as empresas locais e as empresas do Continente Chinês e as empresas das regiões vizinhas e reforçar a cooperação económica multilateral com os países de expressão portuguesa. Essas são as nossas estratégias de desenvolvimento preconizadas para o futuro. Quero, aqui, reiterar um ponto que me é caro: a população em geral e os funcionários públicos em particular, têm a obrigação de aderir com mais fervor à sua identificação com a Pátria a que pertence, alargar os seus horizontes para o panorama internacional, não vacilar na defesa dos valores de abertura e cooperação e trabalhar com dedicação, para construir a harmonia e prosperidade de Macau e da região em que ela está inserida.

Para o próximo ano, a prioridade política será colocada nos trabalhos de protecção do ambiente, trânsito, energia, recursos hídricos e urbanização, de entre outros. O Governo irá lançar oportunamente obras de infraestruturas de grandes dimensões. Apelamos a todos os trabalhadores da Administração Pública para que nunca esqueçam que a motivação que suporta todas as nossas acções reduz-se a uma ideia essencial: a elevação gradual da qualidade de vida da população e a promoção do desenvolvimento harmonioso e gradual de Macau. Acreditamos que a sociedade comunga desses objectivos, pelo que devemos trabalhar em conjunto para concretizar as políticas acima descritas.

No plano dos trabalhos de construção de uma cultura humanista, a transmissão de valores éticos de geração para geração foi prejudicada pelas rápidas mutações da nossa sociedade. Devemos, em primeiro lugar, trabalhar para transformar radicalmente o nosso panorama espiritual, procurando criar sistemas mais abertos e plurais, próprios de uma sociedade moderna. Podemos tirar partido dos mecanismos e forças do mercado, para libertar as energias criativas das tradições oriental e ocidental, criando melhores condições para a formação de elites e a produção de obras de significado duradouro e ideias originais.

O crescimento económico tem atingido índices animadores e as receitas do Governo cresceram até a um nível satisfatório. Nesta conjuntura, o Governo tem a responsabilidade moral de melhorar os benefícios sociais e reforçar o sistema de segurança social. No próximo ano, iremos dar prioridade a esta área.

No plano da política do desporto, pretendemos encorajar a população, especialmente aqueles que não têm o hábito da prática desportiva, para fazer mais exercícios físicos. Iremos tomar medidas para prolongar a carreira de atletas de talento e estabilizar a competitividade desportiva dos valores locais, no sentido de generalizar a prática desportiva na sociedade. Para o próximo ano, o Governo irá aplicar com rigor e cuidado os recursos, com vista a garantir que os 2.<sup>os</sup> Jogos Asiáticos em Recinto Coberto sejam um sucesso.

Nos últimos tempos, mais pessoas têm vindo a prestar atenção ao fenómeno de expansão acelerada da indústria do jogo. Esta atenção é um sinal de maturidade e visão estratégica da sociedade. Por isso, a forma como acompanhamos e nos relacionamos com o crescimento desta indústria tem consequências profundas na estratégia de diversificação adequada da economia. A posição do Governo é clara. A indústria do jogo é apenas um elemento constituinte do sector turístico de Macau. Macau não está interessada num percurso de desenvolvimento unilateral com incidência no jogo, com exclusão de outros ramos e o aumento das receitas do jogo também não constitui o único objectivo fundamental da acção governativa. O crescimento acelerado da indústria do jogo nos últimos tempos não passa de um fenómeno temporário,

característico da primeira fase da recuperação económica. Quando outros projectos do sector turístico forem concretizados, haverá maior harmonização no ritmo de desenvolvimento de diferentes ramos de actividade. O Governo irá tomar medidas adequadas e criar incentivos eficazes para promover uma interacção saudável entre a indústria do jogo e outros sectores económicos, com vista ao seu desenvolvimento comum. O Governo irá estudar as experiências de países e regiões mais avançados e articular os seus resultados com a realidade de Macau para elaborar legislação adequada e assegurar a sua aplicação rigorosa, com o objectivo de regular e fiscalizar de forma mais eficaz a indústria do jogo. Iremos, em articulação com a sociedade civil, desenvolver iniciativas para curar e prevenir o jogo compulsivo e as suas ramificações, com recurso à colaboração de profissionais qualificados. Iremos também constituir um Conselho Consultivo para o Desenvolvimento da Indústria do Jogo, composto por personalidades representativas de diferentes interesses. Há um consenso social de grande abrangência no sentido de o Governo desenvolver mais esforços para garantir um crescimento saudável e sustentado da economia, de que faz parte também a indústria do jogo.

Senhores Deputados, irei agora expor-vos as políticas e medidas preconizadas pelo Governo para enfrentar os problemas que têm merecido maior atenção da nossa sociedade. Nos dias que se seguem, os Secretários das várias áreas governativas irão prestar esclarecimentos mais pormenorizados sobre as políticas sectoriais previstas para o próximo ano.

## **TERCEIRA PARTE – CORAGEM PARA ASSUMIR A MUDANÇA E COMPROMETIMENTO SOLIDÁRIO – ANÁLISE DE TEMAS ESPECÍFICOS**

### **1. Reforma da Administração e do Sistema Jurídico**

Hoje, se a qualidade dos trabalhos e os resultados no âmbito da reforma da Administração e do Sistema Jurídico continuarem a manter-se ao nível de há uns anos atrás, então devemos reconhecer que as políticas concebidas pelo Governo falharam na resposta ao fenómeno de rápido desenvolvimento que estamos a viver na actualidade, tornando-se também em obstáculos que irão impedir um maior progresso social no futuro. Neste sentido, o Governo irá colocar-se na primeira linha de mudança e comprometimento, assumindo a missão de aprofundar as reformas em todas as vertentes. No capítulo da Administração e Justiça, das Linhas de Acção Governativa, está listada uma parte dos grandes projectos de reforma administrativa e jurídica. Nesta base, o Governo irá investir todas as suas energias para, no primeiro semestre do próximo ano, apresentar ao público um programa plurianual que constitui o roteiro e o calendário de todos os empreendimentos reformistas por si concebidos. Queremos, a curto prazo, revolucionar os trabalhos de algumas áreas sectoriais, para que as reformas possam ser realizadas com maior eficácia.

Iremos articular de forma criativa a reforma da Administração e a reforma do Sistema Jurídico, no sentido de aplicar os resultados da reforma administrativa para promover a reforma do Direito e utilizar os frutos da reforma do Direito para fundamentar a reforma da Administração. Com o objectivo de garantir os valores de justiça e equidade, devemos munir-nos de coragem para nos libertar das amarras de conceitos e regimes obsoletos, procurando inspirarmo-nos nas experiências das sociedades modernas. Devemos tomar medidas para erradicar de vez todas as práticas que sacrificam a eficiência e desperdiçam recursos no seio do funcionamento interno dos organismos públicos e serviços de atendimento. Essas práticas constituem verdadeiras incubadoras de burocracia estéril, actos irregulares e procedimentos administrativos inúteis. Nesta base, iremos impulsionar acções de fusão e

reajustamento funcional em larga escala dos organismos públicos. Iremos revogar um grande volume de legislação que não tem acompanhado a evolução social e produzir legislação consentânea com as exigências modernas dos padrões internacionais. O nosso objectivo é concluir todos os trabalhos de renovação geracional do sistema de Administração Pública e do Sistema Jurídico, num espaço de tempo não muito longo.

Para o próximo ano, o Governo irá potenciar o papel estratégico do modelo de serviço “one stop”. Iremos criar uma estrutura centralizada com funções de fiscalização interna e capacidade de resposta rápida às contingências, designada por Centro de Informações da Administração, a funcionar segundo o modelo “one stop”. Iremos instalar centros de prestação de serviços nos vários bairros e desenvolver o modelo “one-stop”, no sentido de congregar serviços de organismos e áreas diferentes. Estes dois tipos de centros irão oferecer serviços de alta qualidade, que sejam acessíveis em termos temporais e espaciais, em resposta às necessidades reais do público e também assegurar trabalhos de auscultação da opinião pública. Esta medida constitui uma referência importante para orientar as reformas dos organismos públicos, no sentido de representar uma integração orgânica das reformas das diferentes vertentes da Administração Pública, garantindo a sua celeridade e eficácia.

Iremos reforçar a formação no domínio da definição de políticas, capacidades decisórias e gestão administrativa para mudar a cultura institucional arreigada nos organismos públicos de privilegiar as operações rotineiras em detrimento da definição de estratégias, de privilegiar as actividades quotidianas em detrimento da gestão criativa, de privilegiar o parcial em detrimento do conjuntural e de privilegiar a execução em detrimento da decisão, o que tem resultado em situações de desequilíbrio na acção governativa. O nosso objectivo é a integração das componentes política e administrativa na aplicação das acções governativas.

O compromisso em institucionalizar um regime de responsabilização é um sinal claro da coragem da equipa governativa da RAEM. O Governo irá, no próximo ano, aperfeiçoar a legislação competente e definir medidas adequadas, com o objectivo de definir um sistema de responsabilização de funcionários, com parâmetros científicos e englobando vertentes multifacetadas. Por um lado, podemos reforçar a consciência de responsabilidade da equipa governativa e promover a democratização do sistema político, e por outro, uma vez clarificadas as responsabilidades e as competências dos dirigentes e chefias, eles terão melhores condições para trabalhar com maior eficácia, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de Macau.

Iremos continuar a difundir os valores de democracia e humanismo no funcionamento dos organismos públicos, como forma de elevar o seu nível de gestão. As vozes dos trabalhadores constituem a opinião pública no seio dos organismos públicos. Fazemos questão de otimizar o mecanismo de apresentação de sugestões e queixas por parte do pessoal dos organismos públicos, para que os problemas sejam tratados a tempo e resolvidos com justiça. Os dirigentes e as chefias têm a obrigação de ouvir assiduamente as sugestões dos subordinados sobre o trabalho desenvolvido, para daí extrair ideias úteis para melhorar o serviço prestado. Iremos tomar medidas adequadas para mitigar a pressão de trabalho sentida pelo pessoal dos organismos públicos, premiar o bom desempenho, elevar a motivação e promover a harmonia. Em relação aos trabalhadores que sofrem de depressão emocional resultante de uma variedade de factores, há que ser compreensivos e prestar-lhes apoio moral por iniciativa própria, por forma a permitir que o pessoal e a população em geral reconheçam as preocupações humanistas da Administração.

O Governo, partindo de uma visão estratégica e global, para além de impulsionar a execução de projectos de reforma específicos e sectoriais, decidiu, para o próximo ano, inaugurar uma reforma global da Função Pública, no sentido de estimular maior dinamismo dos trabalhadores e criar condições para que estes realizem as suas potencialidades, elevem a qualidade do seu desempenho e reforcem o seu espírito de coesão. Queremos que o nosso corpo de funcionários seja responsável, competente, honesto, pragmático e criativo.

Aceleraremos e aprofundaremos a reforma do Sistema Jurídico em todas as suas vertentes. O Governo irá recorrer aos serviços de uma equipa de peritos com elevado sentido de responsabilidade e competência profissional para se dedicar exclusivamente aos trabalhos de redacção legislativa, com vista a produzir, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos e com eficiência, os melhores resultados possíveis. Iremos convidar as forças vivas da sociedade a participar neste processo, no sentido de garantir o respeito pela autoridade do Direito e conseguir a identificação da população em relação à legislação posta em vigor, conquistando deste modo o seu cumprimento consciente por parte dos cidadãos.

Em relação a uma parte da legislação que foi produzida no passado e que carece de revisão, serão tomadas medidas administrativas adequadas, dentro do princípio da legalidade, para fazer corresponder os seus efeitos às necessidades actuais da sociedade. No plano da Administração Pública, é nossa obrigação tomar sempre a iniciativa, no quadro da legalidade, para melhorar a prestação de serviços. Não devemos contentarmo-nos apenas com a satisfação das solicitações do público, devemos antes procurar superar as suas expectativas.

Em relação às entidades e organismos públicos com competência para a regulação do mercado e às políticas e actividades públicas que implicam gastos avultados, iremos reforçar as acções de fiscalização e auditoria para a promoção da noção de administração honesta e íntegra. Iremos aperfeiçoar os mecanismos de denúncia de actos de corrupção e intensificar a investigação de trabalhadores suspeitos desse crime. Iremos também melhorar o regime de provedoria administrativa. Não iremos, nunca, tolerar comportamentos maliciosos merecedores de reprovação, mas também nunca iremos culpabilizar os inocentes.

## **2. Organismos Consultivos da Opinião das Forças Sociais**

Muitos membros dos organismos consultivos da Administração deram um contributo relevante na definição de políticas e medidas, mas de um modo geral, podemos dizer que esses organismos entraram num estado de esclerose institucional, deixaram de poder cumprir com eficácia as suas funções e não desempenharam o seu papel de transmissores dos sentimentos e aspirações da sociedade aos decisores políticos. Esses organismos têm hoje uma representatividade insuficiente para transmitir com realismo as opiniões e desejos da população, não podendo, por isso, corresponder às necessidades do Governo no âmbito da fundamentação das suas políticas. Nos tempos modernos em que vivemos, onde a aquisição de informação é a chave de qualquer empreendimento de sucesso, estes organismos não puderam proporcionar informações oportunas para suportar as decisões administrativas do Governo, agravando as dificuldades e alargando a margem de erro da acção governativa.

O Governo efectuou um estudo sobre os organismos consultivos da Administração e decidiu redimensionar e reajustar as suas funções. Iremos dar prioridade à eficácia dos trabalhos, eliminando práticas de índole formalista. Iremos aumentar o número de membros dos organismos consultivos, convidando a aderir a esse projecto personalidades de reconhecido mérito da sociedade civil e do sector representado, especialmente jovens de talento e representantes de grupos minoritários ou novas forças sociais. Queremos garantir que diferentes grupos sociais, ou mesmo diferentes escolas de pensamento do mesmo estrato social, possam fazer ouvir a sua voz no seio dos organismos. Iremos reestruturar esses organismos e mudar os seus procedimentos, abrindo canais de diálogo mais diversificados, no sentido de articular as reuniões de consulta com as visitas de consulta, as consultas regulares com as consultas especiais, as consultas às associações com as consultas de opinião pública, as consultas colectivas com as consultas individuais. Todas essas componentes devem manter uma relação de interacção e de complementaridade, contribuindo para formar uma radiografia completa da nossa sociedade.

Para ampliar o valor referencial, a complementaridade e o rigor das informações provenientes desses organismos consultivos, iremos implementar algumas medidas de apoio importantes. Em primeiro lugar, os gabinetes dos Secretários irão reorganizar a distribuição de trabalho, no sentido de designar um elemento incumbido de concertar as actividades dos organismos consultivos existentes e de assegurar a ligação com os sectores e associações, por forma a acompanhar de perto a actualidade social e as opiniões da população. Os dirigentes e chefias devem identificar os fenómenos e incidentes sociais de grande relevância pública e acorrer prontamente aos locais da sua ocorrência. Os órgãos de comunicação social, enquanto instrumentos da opinião pública, são já, em si, uma plataforma de consulta social de grande projecção. O carácter plural e visão de futuro das informações provenientes da comunicação social são insubstituíveis. Iremos intensificar o diálogo com esses órgãos e acompanhar de perto e oportunamente as solicitações e aspirações da sociedade veiculadas por esses órgãos.

Na concepção e execução de políticas de longo alcance com repercussão na qualidade de vida de toda a população, ou na definição de estratégias pioneiras, o Governo irá recorrer a todos os meios de auscultação para reunir de forma mais ampla as opiniões e a sabedoria do público. Queremos conquistar a mais larga base de apoio popular para suportar as nossas políticas, de modo a garantir a sua continuidade, a sua articulação com outras medidas e a sua aplicação progressiva.

O alargamento e aperfeiçoamento do sistema consultivo do Governo servem para promover a adesão das pessoas às políticas definidas, contribuindo também para melhorar as estratégias e medidas preconizadas. Este sistema pode constituir um instrumento útil para o processo gradual de democratização política e para a formação de quadros políticos de mérito. Mas mais importante ainda, num sistema político em que predomina o Poder Executivo, esta abordagem contribui para assegurar que o Governo e a sociedade civil possam partilhar dos valores inerentes à democracia política. Tudo isto pode contribuir para dar origem a um sistema democrático de natureza consensual e interdependente, evitando deste modo graves conflitos entre as partes e

garantindo um ambiente político harmonioso. Assim, deixaremos de pagar um preço elevado pela democratização do nosso sistema político.

### **3. Recursos Humanos**

Devido às limitações impostas por condições objectivas e a razões de ordem subjectiva, as dificuldades ao nível dos recursos humanos têm sido uma constante em Macau. O desenvolvimento acelerado da economia e da sociedade e a intensa mobilidade dos recursos humanos dentro dos sectores de actividade contribuíram para o agravamento da situação, tornando-se num obstáculo ao desenvolvimento sustentável de Macau. Este ano, muitos sectores de actividade, principalmente as pequenas e médias empresas, têm sido confrontados com uma situação de extrema carência de trabalhadores e necessidade de optimização. Tratam-se de dificuldades incontornáveis de um processo de crescimento. O Governo compreende muito bem e tem prestado grande atenção à evolução desta situação, razão pela qual, garantido o consenso social necessário, irá coordenar todos os esforços para, com base na experiência e nos resultados de uma análise científica, resolver o problema. Iremos tomar medidas imediatas para responder às dificuldades mais prementes, e iremos também programar um conjunto de acções destinadas a aperfeiçoar toda a estratégia de gestão dos recursos humanos.

A valorização e qualificação dos recursos humanos constituem uma prioridade do Governo da RAEM, em resposta à exigência consensual da sociedade nesta matéria. A qualificação de recursos humanos locais é benéfica para o reforço da competitividade e confiança dos trabalhadores, oferecendo também melhores oportunidades para o seu desenvolvimento profissional; é favorável para aumentar a eficiência e a eficácia das empresas; é útil para a formação de um corpo de trabalhadores com conhecimentos e capacidade de adaptação para fazer face ao desenvolvimento das nossas indústrias e pode também contribuir para uma diversificação adequada da nossa economia e para a constituição de uma reserva de quadros qualificados. A prioridade do Governo neste domínio é a elevação qualitativa das acções de formação, a fim de garantir que os cursos sejam concebidos para responder directamente às

necessidades e exigências actuais e futuras do mercado. Ao melhorar as acções de formação para efeitos de ingresso no mercado de trabalho e as acções de formação em serviço, iremos, com base na tendência de evolução do sector de serviços, planear oportunamente acções de formação destinadas à mobilidade no emprego. Os organismos públicos e as entidades competentes reajustarão as suas acções em função das transformações do mercado, apresentarão ideias inovadoras e reorganizarão os modelos de formação. Os trabalhadores que neles prestam serviço devem tomar maior iniciativa em divulgar junto das empresas, especialmente as pequenas e médias empresas locais, as noções de gestão moderna, designadamente o horário flexível de formação e o recurso a meios informáticos de formação. O Governo, em estreita articulação com as associações de trabalhadores e as associações de empregadores, irá reforçar a coordenação dos trabalhos no âmbito da formação e do recrutamento e as acções de acompanhamento pós-formação. Para garantir que os trabalhadores e os empregadores sejam os verdadeiros beneficiários do progresso social, o Governo irá continuar a implementar o sistema de certificação.

O Governo irá tomar medidas para ampliar as potencialidades de emprego dos trabalhadores locais. Através do aperfeiçoamento da legislação, iremos encorajar as pessoas que ainda não estão a trabalhar a candidatar-se a um emprego a tempo parcial. O Governo desenvolverá esforços para criar as condições propícias por forma a atenuar a carência de empregadas domésticas e apoiar as domésticas aptas para reintegrar-se no mercado de trabalho ou a participar nas actividades sociais. O Governo continuará a apoiar os cidadãos activos de meia idade e com baixo nível de instrução, na reintegração no mercado de trabalho ou na mudança profissional.

O Governo irá proteger as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais. Estamos, em articulação estreita com o órgão legislativo, empenhados em acelerar e aperfeiçoar os trabalhos de produção legislativa relativos à garantia dos interesses dos trabalhadores locais e à importação de mão-de-obra, a fim de defender os interesses e os direitos legítimos dos trabalhadores. O Governo manter-se-á firme no combate ao fenómeno de mão-de-obra clandestina e mão-de-obra ilícita e reforçará a assistência aos trabalhadores

não-residentes e à gestão da importação de mão-de-obra. O Governo irá aumentar a transparência do mecanismo de fiscalização, tomando medidas oportunas para garantir as oportunidades de emprego da população local. O Governo irá implementar a medida de cobrança de uma taxa pela contratação de trabalhadores importados. O Governo irá, em articulação com os empregadores e os trabalhadores, definir a proporção de mão-de-obra local e mão-de-obra importada para diferentes ramos de actividade, tendo em conta a realidade de cada empresa. No próximo ano, o Governo irá criar um Gabinete de Recursos Humanos, incumbido de realizar os estudos e criar uma base de dados de recursos humanos. O Governo, de acordo com a proporção definida, irá assegurar um processamento mais racional e centralizado dos pedidos de importação de trabalhadores, com vista a auxiliar as pequenas e médias empresas a fazer face às dificuldades resultantes da falta de recursos humanos. No processo de resolução do problema de carência premente de recursos humanos, iremos desenvolver todos os esforços para reunir um consenso social de maior abrangência. No entanto, não devemos deixar de olhar com realismo as dificuldades que a sociedade está a passar, para procurar resolver os seus problemas, com sentido de responsabilidade. O Governo é firme na sua vontade de proteger os interesses dos trabalhadores locais e nunca irá tolerar a contratação abusiva de trabalhadores não-residentes para substituir os trabalhadores locais. O Governo, no próximo ano, irá acelerar os trabalhos de produção legislativa para o estabelecimento de um regime sancionatório que pune severamente todos os elementos associados a esta danosidade social.

Garantir que os trabalhadores sejam tratados de forma justa é um sinal de progresso social e uma condição imprescindível da harmonia. Assim sendo, cabe ao Governo tomar iniciativas para a concretização deste objectivo. A partir do próximo ano, os organismos públicos e pessoas colectivas de Direito Público irão aplicar o regime de salário mínimo a todos os trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança adjudicados pelo Governo. Logo após o Ano Novo, o Governo irá divulgar o texto de recolha de opiniões sobre este projecto, para auscultação da opinião pública, com o objectivo de criar um regime mais consentâneo com os valores humanistas.

Muito embora a problemática dos recursos humanos seja uma questão controversa, a sociedade de Macau sempre soube perspectivá-la com racionalidade. Em relação a esta questão, concordamos plenamente que a solução do problema passa pela defesa dos interesses dos sectores envolvidos, mas também exige uma visão conjuntural e a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável. Acreditamos que é perfeitamente possível a concertação de interesses das partes para se chegar a uma solução que satisfaça a todos. O Governo irá fomentar reuniões entre as partes envolvidas, de forma a garantir uma maior eficácia e transparência nas acções de recrutamento e um maior apoio da sociedade.

Para atenuar as dificuldades imediatas de contratação de trabalhadores sentidas pelas pequenas e médias empresas, o Governo irá permitir, sob forma controlada, o aumento adequado de recrutamento de trabalhadores não-residentes e simplificar os procedimentos administrativos necessários. Entendemos que, a revisão oportuna de medidas e um regime de reajustamento flexível do número de trabalhadores importados, constituem mecanismos essenciais de toda a política de recrutamento de mão-de-obra do exterior, razão pela qual o Governo, tendo em consideração o nível de desenvolvimento social e os direitos legítimos dos trabalhadores, irá definir e reformular as políticas de forma justa e adequada.

A definição da política de recursos humanos deve ser concertada com as políticas de outras áreas, para que produza resultados mais eficazes. Para isso, no próximo ano, o Governo irá realizar estudos que sustentem uma política demográfica mais adequada ao desenvolvimento de Macau, o mais rápido possível.

Pensamos que uma sociedade motivada para a aprendizagem está melhor apetrechada para responder ao fenómeno de desemprego estrutural e contribuirá para elevar a qualificação da população e a competitividade sustentada da RAEM. O Governo irá incentivar os cidadãos em elevar o seu nível educacional e a melhorar a sua aprendizagem e capacidade de adaptação. O Governo, no próximo ano, irá criar um fundo próprio para apoiar os cidadãos, especialmente os jovens e os que ainda não completaram o ensino básico, para participarem em programas de formação em serviço.

#### **4. Apoios ao Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas**

A prosperidade de Macau é fruto do trabalho de todos. As pequenas e médias empresas sempre se identificaram com os interesses globais da sociedade, nos bons e maus momentos. Elas, no desenvolvimento das suas actividades, têm contribuído, de forma significativa, para o crescimento económico de Macau, para a criação de mais postos de trabalho e para a garantia da estabilidade social. Nesta nova fase em que nos encontramos, as pequenas e médias empresas assumirão um papel renovado e insubstituível, procurando oportunidades para alcançar novos êxitos. O Governo irá continuar a reforçar o apoio às pequenas e médias empresas. Face ao ritmo acelerado das mutações sociais, há que saber identificar as necessidades dos tempos modernos, pelo que iremos criar medidas de apoio de carácter mais específico e prático, no sentido de auxiliar as pequenas e médias empresas a superar as dificuldades e promover o seu crescimento.

Para o próximo ano, o Governo irá acelerar os trabalhos de coordenação tendentes à criação, dentro da estrutura administrativa vigente, de um Centro de Prestação de Serviços às Pequenas e Médias Empresas, vocacionado para um apoio mais completo e uma ligação mais directa com as pequenas e médias empresas. Este Centro irá prestar serviços mais eficazes, segundo o modelo “one stop”, às pequenas e médias empresas, proporcionando-lhes uma capacidade de resposta mais rápida face às transformações do mercado. Para além de dar prioridade à resolução das necessidades prementes de mão-de-obra, o Governo irá empenhar-se em várias vertentes, com vista a proporcionar um apoio eficaz ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Para fazer face às dificuldades resultantes do aumento dos custos de exploração comercial e das dificuldades de obtenção de financiamento, o Governo irá aperfeiçoar o programa de apoio ao funcionamento e reconversão das pequenas e médias empresas. Das medidas preconizadas para obtenção de crédito, a mais importante incidirá sobre o alargamento das finalidades de aplicação dos fundos de apoio, a simplificação dos requisitos de candidatura, o aumento do limite máximo do montante a conceder e o prolongamento do

prazo de reembolso. Por outro lado, o Governo tem estado a concertar com a concessionária para estudar a possibilidade de redução das tarifas de energia eléctrica, com vista a diminuir os custos de exploração das pequenas e médias empresas.

O processo de globalização e um maior conhecimento de Macau no seio da comunidade internacional contribuíram para atrair mais investimentos para o mercado local. Perante esta situação, as pequenas e médias empresas de Macau podem adoptar um modelo de gestão assente em duas vertentes: por um lado, investir mais no mercado local e, por outro, iniciar-se no investimento no exterior. Encorajamos e apoiamos essas empresas a aproveitarem plenamente das vantagens resultantes do papel de Macau enquanto plataforma regional de serviços. Devem agarrar todas as oportunidades para se expandirem e penetrarem nos mercados externos. Devem participar nos projectos de cooperação com empresas da China Continental e de outras regiões. O Governo continuará a reforçar a divulgação de informações úteis para o desenvolvimento comercial, no sentido de promover mais e melhores actividades comerciais de origem local. O Governo irá estimular a participação de empresários locais nas actividades de intercâmbio e cooperação comerciais com os da China Continental e do exterior.

O crescimento e o sucesso de uma empresa são dependentes de um conjunto de factores. Não acreditamos que as pequenas e médias empresas caiam no erro de acreditar que, uma vez afastadas as dificuldades de contratação de mão-de-obra e de custos de exploração elevados, podem ficar descansados e que tudo vai ser um mar de rosas daí em diante. A RAEM de hoje está verdadeiramente vinculada à evolução do panorama internacional e situa-se na antecâmara de entrada na era de economia do conhecimento. Por essa razão, há que introduzir vinho novo em garrafas antigas. As indústrias tradicionais devem mudar a sua filosofia. Cito o exemplo do sector de venda a retalho que sempre soube revitalizar as suas actividades, razão pela qual prevemos que vai ainda passar por grandes transformações. Desde que saibamos valorizar a criatividade e a qualidade, poderemos sempre devar a mais valia dos nossos produtos e serviços, fazendo-os responder às

necessidades do mercado. Para tal, os organismos competentes da Administração irão conceder um maior apoio e encorajar as pequenas e médias empresas a aperfeiçoar as suas infraestruturas e modernizar a sua gestão, com vista a elevar a sua competitividade.

O crescimento rápido da economia dará origem, naturalmente, ao aumento dos custos de produção e à carência de trabalhadores, mas, por outro lado, irá também fazer emergir novas formas de gestão, irá levar o nome de Macau ao conhecimento de muito mais pessoas e irá proporcionar muito mais oportunidades de desenvolvimento. Há que reconhecer que muitos empresários souberam agarrar e explorar as oportunidades oferecidas pelo crescimento do sector do turismo. O Governo é a favor e apoiará as empresas e as associações comerciais de diferentes sectores de actividade a alargar os seus horizontes, a experimentar novos trilhos, a associarem-se à indústria predominante de Macau, para que a árvore de crescimento económico plantada em Macau dê mais frutos.

## **5. Trânsito, Habitação e Projectos de Urbanismo**

Devido a condicionalismos de ordem física, Macau sempre teve que conformar-se com a insuficiência de facilidades de comunicação rodoviária. O crescimento económico e o aumento contínuo de turistas que nos visitam provocaram a saturação das nossas vias públicas, agravando os problemas de trânsito. Para fazer face a este problema e garantir o desenvolvimento sustentável, o Governo tem programado para o próximo ano uma série de medidas eficazes de ordenamento rodoviário tendentes a atenuar o congestionamento de trânsito, o qual tem vindo a afectar a qualidade de vida da população.

A origem dos problemas de trânsito é complexa. Cabe-nos assegurar a coordenação sistemática de intervenções em várias vertentes para a resolução global desta problemática. O Governo, em estreita colaboração com o órgão legislativo, irá aperfeiçoar os projectos legislativos que respeitam à problemática do trânsito rodoviário, procurando concluir, em breve, o processo legislativo desses diplomas. O Governo irá reunir as competências dispersas em

vários organismos públicos numa nova entidade de coordenação designada por Direcção dos Serviços para os Assuntos de Trânsito. Clarificadas as responsabilidades e competências desta entidade, cremos que ela terá todas as condições para cumprir a sua missão com sucesso. Iremos acelerar os trabalhos no âmbito dos projectos de reordenamento das principais redes rodoviárias e alargar a estrada circular do litoral da península de Macau, para efeitos da sua ligação com as artérias de comunicação do exterior. Em resposta às necessidades resultantes do desenvolvimento rápido das ilhas e a mudança de hábitos da população, iremos acelerar a construção de um túnel apto para permitir a circulação de veículos, independentemente das condições climáticas, por forma a garantir o tráfego fluente de pessoas e bens entre Macau e Taipa. Iremos intensificar a fiscalização e criar condições para a elevação da qualidade e segurança dos serviços do sistema de transportes públicos. Para além de adjudicar mais licenças de táxis, iremos tomar medidas para incentivar a prestação de serviço de táxis nas zonas não turísticas. Iremos continuar a aumentar os lugares de estacionamento em silos e reforçar o cumprimento das normas reguladoras de trânsito, a fim de libertar as estradas de excessiva ocupação pelos veículos. O Governo tem-se empenhado no estudo de outras soluções para aliviar a sobreocupação das estradas por veículos.

Da avaliação do rumo da evolução do desenvolvimento sustentável de Macau, chega-se à conclusão que atenuar o problema de trânsito apenas através de medidas para promover uma maior fluidez na circulação viária não é suficiente para responder às necessidades do público em matéria de transportes, nem satisfaz as solicitações da sociedade. Com o apoio da população, o Governo está decidido a concretizar, o mais breve possível, o projecto de criação de um sistema de transporte colectivo sobre carris. O Governo já lançou uma nova ronda de trabalhos de auscultação para recolher as opiniões de toda a população e propostas de aperfeiçoamento de medidas. Com base nos resultados recolhidos, o Governo irá elaborar um projecto definitivo, mais científico e racional, que tenha a virtualidade de facilitar o transporte dos cidadãos, iniciando, o mais rapidamente possível, a construção do metro ligeiro, por forma a contribuir para a resolução dos problemas de trânsito.

Para que Macau seja uma cidade de excelência, saudável e harmoniosa, o Governo irá incrementar as acções para efeitos de manutenção do estatuto de património mundial conquistado por Macau e conceber um plano faseado de urbanização com base nos resultados de estudos científicos que responda às necessidades de crescimento económico e progresso social. A urbanização de zonas novas irá reflectir a prioridade que colocamos no planeamento e na criação de equipamentos complementares. O reordenamento de bairros antigos será assegurado tendo em consideração o princípio de salvaguarda dos direitos legítimos dos moradores e o propósito de elevação da qualidade de vida. Contando com a colaboração do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, o Governo irá alargar o acesso dos moradores às informações e dados que lhes dizem respeito, encorajando-os a expressar as suas opiniões. Queremos que todos os trabalhos sejam desenvolvidos com a devida atenção pelo factor humano e sob o princípio de legalidade. Comprometemo-nos a desenvolver os maiores esforços para concertar os interesses dos diferentes grupos sociais envolvidos, no sentido de, em conjunto, trabalharmos para criar um ambiente comunitário harmonioso e saudável.

O Governo está empenhado em proporcionar melhores condições de habitabilidade à população e disponibilizar mais espaços de lazer para o usufruto dos nossos cidadãos. Para tal, o Governo contratou uma empresa de consultadoria incumbida de estudar e planear a construção de novos aterros, em cumprimento rigoroso das normas estabelecidas pela Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas e tendo sempre presente o conceito de desenvolvimento sustentável. A concretização dos aterros irá oferecer mais espaço físico para integrar a reserva de terras de Macau. Iremos utilizar os terrenos conquistados ao mar para aperfeiçoar a rede de trânsito, fazer obras que tornem a nossa costa mais atraente, construir mais espaços verdes, equipamentos de lazer e infraestruturas turísticas. Queremos que esta nova zona urbana seja uma referência para o futuro. Este projecto, obtida a necessária autorização do Governo Central, será objecto de auscultação pública, para efeitos da sua posterior implementação gradual.

A motivação que nos anima no sentido de reunir todas as energias para ajudar os nossos cidadãos a resolver os seus problemas de habitação é a nossa preocupação em garantir o bem estar da população, para que todos possam crescer, viver e trabalhar em condições condignas. Para este fim, o Governo tem estado a realizar obras na zona norte da cidade para efeitos de construção de habitações sociais, em cumprimento da sua promessa de proporcionar mais moradias aos necessitados. Iremos também construir mais habitações económicas. Os organismos públicos competentes tiveram que repensar a sua filosofia, com vista a aperfeiçoar a legislação reguladora do arrendamento, concurso e alienação. A nossa intenção é assegurar que a oferta de habitações sociais e económicas venha a responder efectivamente às necessidades dos nossos cidadãos. O Governo irá efectuar estudos profundos para, no próximo ano, definir medidas que apoiem a população, designadamente os jovens, na aquisição de habitação pela primeira vez.

## **6. Solidariedade Humana**

A solidariedade entre as pessoas faz parte de uma tradição excelente característica de Macau e constitui, em si, uma exigência moral incontornável da sociedade moderna. Iremos fazer um aproveitamento racional de todos os recursos disponíveis no âmbito dos serviços médicos proporcionados pelo Governo e pela sociedade civil, pelos hospitais e pelas clínicas, no sentido de criar uma rede de serviços de saúde que garanta a cobertura total de todos os bairros comunitários. Iremos instruir as entidades competentes para providenciar serviços sob o modelo “one stop”, mais humanos e eficazes aos grupos sociais debilitados. Iremos dar prioridade aos projectos de serviço social de maior premência e reforçar o apoio às entidades formadas por profissionais de ramos especializados, no âmbito dos serviços de reabilitação. Face às necessidades dos idosos, iremos no próximo ano, tomar as medidas legislativas necessárias para garantir aos nossos cidadãos da terceira idade o apoio que necessitam. Para responder às situações de risco individual e crises domésticas, o Governo irá criar uma rede de serviços com responsabilidades específicas para prestar assistência às famílias em crise, com vista à promoção de harmonia dentro das famílias. Assumimos a obrigação de assegurar bem todos os

trabalhos no âmbito da protecção ambiental, porque se trata de um aspecto essencial da qualidade de vida dos cidadãos. Não só devemos realizar bem as tarefas que exigem uma atenção imediata, como também ter a visão de futuro para tomar as medidas preventivas necessárias. O êxito de todas as acções nos domínios que acabei de referir depende de uma colaboração desinteressada entre os organismos públicos, entre o Governo e a sociedade civil. O nosso desejo é estender a solidariedade humana aos que realmente precisam de ajuda, queremos que eles sejam os verdadeiros beneficiários das nossas acções.

No próximo ano, o Governo irá incentivar as empresas locais a instituir mais regimes de aposentação de natureza privada para os seus trabalhadores. Para este fim, o Governo irá estudar a viabilidade de conceder a isenção do imposto profissional sobre as contribuições por parte do trabalhador. Aprovado o diploma regulador desta matéria, mais cidadãos nossos poderão gozar dos benefícios da prosperidade económica.

O Governo também irá analisar as experiências de sociedades mais avançadas para aperfeiçoar o sistema de segurança social segundo critérios mais humanos, mais modernos e de maior cobertura.

## **7. Desenvolvimento da Educação e Cultura**

No domínio da educação, teremos sempre presente nos nossos trabalhos as noções de padronização e diversificação, em resposta às necessidades do sector educativo. O Governo irá impulsionar a reforma do sistema educativo no sentido de apetrechar as escolas com os recursos de alta qualidade de que precisam face à presente conjuntura social. Elas devem elevar a qualidade do ensino. O ambiente social em que todos estamos a viver tende a valorizar os conceitos de mercado e competitividade no desenvolvimento das actividades educativas. A filosofia predominante da sociedade coloca a ênfase no papel insubstituível de articulação entre os diversos agentes: as escolas, os pais, os professores e os alunos. Iremos divulgar melhor a noção de autonomia pedagógica, no sentido de promover a competitividade das escolas, explorar as potencialidades não evidentes e aproveitar as vantagens intrínsecas. Não nos

contentamos em limitar apenas o volume de trabalho dos professores segundo critérios racionais. Queremos promover activamente a dignificação das funções de professor e a elevação do seu estatuto social, para que eles possam fazer uso dos seus dotes naturais para transmitir conhecimentos aos estudantes. Iremos assimilar os modelos pedagógicos e experiências de outros países mais avançados para despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem. É nossa obrigação estimular a curiosidade intelectual dos estudantes e revelar as suas potencialidades, trabalhando para que o interesse pela aprendizagem contínua se estenda das escolas até à sociedade. Iremos difundir métodos para ensinar aos estudantes universitários abordagens mais eficazes para a absorção de conhecimentos e treiná-los a adquirir capacidade de raciocínio abstracto e de integração de saberes. Devem também ter um espírito crítico fundamentado numa postura científica de dúvida metódica para que saibam utilizar a sua criatividade em todas as áreas em que pretendam intervir. Queremos promover um ensino multifacetado para que os estudantes adquiram capacidades polivalentes e ganhem uma visão mais alargada, no sentido de dotá-los com os instrumentos intelectuais necessários para dar um conteúdo prático aos saberes de diferentes disciplinas científicas. Queremos que eles sejam uma elite de vanguarda da comunidade intelectual. Queremos generalizar a noção de aprendizagem por gosto e estudar apenas por curiosidade intelectual. Apoiamos a manutenção de cursos e disciplinas de menor acolhimento público, porque eles podem deter um valor estratégico inestimável. Queremos assegurar um desenvolvimento equilibrado entre a vertente de ensino virado para o mercado e a vertente de ensino virado para o saber desinteressado. O nosso objectivo é a construção de um sistema de conhecimentos e de educação moderno e saudável. As instituições do ensino superior e do ensino não-superior têm a obrigação de oferecer aos estudantes uma educação completa que valorize a concorrência e a colaboração. Queremos criar condições para que os jovens que manifestem capacidades de liderança possam evidenciar os seus talentos ainda na fase estudantil.

Para o próximo ano, o Governo irá dedicar todas as suas energias para a materialização do objectivo estratégico de estender a gratuidade a todo o ensino não-superior, continuando a executar as medidas necessárias para este fim. Iremos definir uma solução viável, dentro da maior brevidade, para o cumprimento desta missão histórica de grande alcance, em data não posterior a 2009.

Iremos dar ênfase às vertentes de generalização e especialização no desenvolvimento das actividades pedagógicas, científicas, culturais e artísticas. Iremos difundir a importância do interesse e gosto pela leitura de obras populares, mas também queremos despertar o interesse do público para a leitura de obras clássicas dos grandes autores da literatura mundial. Iremos promover mais recensões de livros e a troca de experiências de leitura. Iremos continuar a promover a organização de concursos e actividades juvenis sobre temas científicos, que tanto sucesso tem tido nos últimos anos, para despertar o interesse dos jovens e da população em geral pelo conhecimento da Ciência, fomentando um ambiente social que valorize o espírito científico e a racionalidade. Incentivamos a alteração do modelo de organização de seminários e conferências por forma a estimular o debate e o confronto de ideias, com vista a despertar o interesse intelectual da população. Iremos promover actividades culturais de organização espontânea que não se conformam com modelos pré-estabelecidos, para fomentar um ambiente social propício à discussão de problemas e ao intercâmbio de conceitos. Iremos oferecer oportunidades para que pensadores com ideias originais e de elevado prestígio intelectual possam ter um fórum para expor as suas teorias. Queremos também estimular a criação literária e encorajamos a publicação de mais obras de grande visão, de análise cuidada e de elevada qualidade literária. Iremos lançar a experiência-piloto de organização de cursos não curriculares, gratuitos, de divulgação de conhecimentos de literatura, história, ciência das religiões e filosofia, que valorizem o conteúdo humanista e a racionalidade. Os cidadãos interessados poderão inscrever-se nesses cursos e adquirir conhecimentos num ambiente sem pressão. Queremos convidar mestres de diferentes domínios académicos e artes para transmitir os seus saberes, de modo que os seus ensinamentos encontrem ouvidos interessados e possam perdurar no tempo e

enriquecer o património intelectual da Humanidade. O Governo irá melhorar as instalações destinadas a exposições e aperfeiçoar o equipamento físico dos recintos de espectáculos artísticos, para que o público interessado tenha acesso a facilidades de alta qualidade. Iremos explorar e cultivar o campo da teoria da arte e crítica artística, porque queremos elevar o nível de apreciação e valorização artísticas da sociedade. Entendemos que a organização de mais actividades culturais e artísticas de melhor qualidade contribui para apurar a sensibilidade da população pelo Belo e divulgar os valores de uma cultura moral.

## **8. Construção de uma Sociedade Harmoniosa**

A construção de uma sociedade harmoniosa constitui uma componente essencial do progresso social. Nesta fase de desenvolvimento social que estamos todos a viver, cumpre-nos compreender o significado de mudança dos tempos e enriquecer o conceito de harmonia. Nós devemos assumir uma postura de abertura e perspectivar todas as mudanças numa visão estratégica para construir uma sociedade harmoniosa de alta qualidade.

Macau é uma cidade internacional com a natureza de porto franco, razão pela qual sempre tem demonstrado uma atitude de abertura face à chegada da vaga da globalização. A nossa sociedade está neste momento a viver um período de reajustamento sem precedentes. Neste contexto, é natural que a harmonia social apresente dinâmicas multifacetadas. Este é um sinal positivo de maturidade da nossa sociedade.

Com o fenómeno de rápida reconversão económica, o ambiente social de Macau, caracterizado por uma certa acalmia, transformou-se num ambiente pleno de mutações. Hábitos sociais fundados em concertação deram lugar a práticas que valorizam a concorrência intensa. Os desafios resultantes deste fenómeno chegaram a dar origem a pedidos de ajuda de alguns sectores. Esta foi uma realidade que conviveu com a prosperidade económica verificada.

Sabemos muito bem que os diferentes sectores sociais têm, cada um deles, as suas próprias aspirações. Não é fácil conciliar esses interesses, porque essas aspirações foram transmitidas ao Governo todas ao mesmo tempo. Tudo isto é revelador de uma verdade: tanto o Governo como a sociedade civil, tem a obrigação de trabalhar em conjunto para criar uma sociedade harmoniosa. Esta é a missão que nos une.

Nesta fase de transformação social, a mudança e o comprometimento são os dois pilares da construção de uma sociedade harmoniosa. Só quando nos soubermos colocar ao lado do processo de mudança no momento certo é que seremos capazes de neutralizar o impacto negativo das transformações e reduzir os efeitos dos factores que provocam a desarmonia. Só quando soubermos assumir com firmeza o nosso comprometimento, é que poderemos evitar o alijamento de responsabilidades por cima dos outros, concretizando deste modo o valor de solidariedade e extinguindo os factores que ameaçam a harmonia social.

A mudança e o comprometimento são as duas faces da mesma moeda. A assumpção consciente e por iniciativa própria da mudança, é prova da coragem de se comprometer, com sentido de responsabilidade. Uma atitude de comprometimento sem reservas exige a coragem para aceitar os sacrifícios resultantes da mudança. Por isso, a mudança e o comprometimento representam em si valores superiores da nossa sociedade e constituem os alicerces sólidos que suportam a harmonia que todos almejamos. A História ofereceu-nos esta oportunidade única para todos nós demonstrarmos o nosso apego a esses valores espirituais. Temos a obrigação de não deixar escapar esta oportunidade.

Entendemos que, tanto o Governo como a sociedade civil devem fazer maior esforço para se aperfeiçoar. Este é o pressuposto da harmonia social. Neste domínio, o Governo tem responsabilidade acrescida. Cabe ao Governo concretizar na sua acção diária os princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, guiado sempre pelo espírito de mudança e comprometimento. Esta é a missão fundamental que lhe

compete no processo de construção de uma sociedade harmoniosa. Acreditamos que a comunhão de propósitos e a união de esforços entre o Governo e a sociedade civil para a construção de uma sociedade harmoniosa são os garantes do êxito da materialização dos princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia.

A verdadeira harmonia sustenta-se em instituições que aderem ao valor da justiça. O Governo deve tirar partido das vantagens de um sistema político, fundado no predomínio do Poder Executivo, para materializar o princípio da justiça em todas as vertentes de governação. Devemos elevar a transparência da acção governativa em toda a sua extensão, especialmente a transparência dos processos que envolvem interesses empresariais e o direito ao emprego da população. Iremos fornecer à Comunicação Social informações mais completas, mais pormenorizadas e mais articuladas. Iremos reforçar a fiscalização e a auditoria das actividades da Administração Pública, combatendo com firmeza todas as irregularidades e práticas ilícitas. A institucionalização da justiça é o único meio para garantir a paz social num contexto de interesses sectoriais contraditórios. É a defesa intransigente e vigorosa do valor da justiça que nos dá alento para combater todas as injustiças e velar pela harmonia da sociedade.

Iremos institucionalizar mecanismos para reduzir os conflitos sociais. Iremos ouvir as pessoas com atenção e conciliar os interesses das partes, para garantir um clima de diálogo construtivo fundamentado na racionalidade e na correcção. Pensamos que, assim, podemos assegurar que as diferentes opiniões e as posições em confronto sejam bem compreendidas por todos. Sob um espírito de cooperação amistosa e uma postura científica, podemos encurtar a distância que separa diferentes interesses e construir uma base consensual para resolver rapidamente as grandes problemáticas controversas, evitando, deste modo, o arrastamento permanente da tensão, em prejuízo da harmonia social e dos interesses da população.

Em última análise, a resolução de conflitos sociais é sempre dependente de instituições fundadas no Estado de Direito. Temos a obrigação de divulgar o princípio da legalidade e promover a consciência cívica junto da população, incentivando-a a aderir de forma consciente ao dever de cumprimento das leis. Só assim é que as aspirações de diferentes sectores sociais ficarão sob a protecção da lei. Só assim é que podemos evitar que essas aspirações sejam manipuladas e transformadas em desafios que ameaçam a harmonia social. O espírito da legalidade fundamenta-se em juízos de valor justos para poder resolver a rivalidade de interesses entre sectores sociais, razão pela qual assume o papel de paradigma eterno da harmonia social.

O reforço da cooperação entre o Governo e as associações é uma vertente fundamental no processo de construção de uma sociedade harmoniosa. O Governo irá tirar partido dos mecanismos de consulta existentes e da rede de serviço público estendida pelas várias zonas urbanas, para desenvolver uma relação mais estreita e frutuosa com as associações, de modo a melhorar os serviços proporcionados ao público. Respeitamos o estatuto privilegiado que as associações gozam no seio da sociedade. Por isso, iremos continuar a apoiar as associações nas suas actividades de prestação de serviços e na organização de iniciativas sociais.

Acreditamos que, com os esforços desenvolvidos pelo Governo e a boa vontade e solidariedade de todos os sectores da nossa sociedade, não se verificarão problemas ou conflitos que não possam ser resolvidos com a colaboração sincera entre os diferentes sectores sociais ou entre o Governo e a sociedade civil. O Governo irá também colaborar activamente com a sociedade civil para tomar medidas preventivas e atenuar o agravamento de problemáticas sociais, antes que se acumulem até um ponto sem retorno. Iremos investir todas as nossas energias para aperfeiçoar as nossas estratégias e os serviços prestados ao público na linha de frente, procurando resolver problemas que afectam a população em geral, mas também resolver as dificuldades individuais. Queremos fazer o possível para corresponder às expectativas dos cidadãos. Só quando a população se sente satisfeita se pode garantir uma harmonia verdadeira, completa e duradoura.

A harmonia é sempre uma projecção da personalidade individual e da família. Devemos procurar chegar à essência do pensamento ético do Homem para fazer compreender às pessoas que a moral é um sinónimo da felicidade. É fundamental que todos saibamos que a moral não só é algo que é preciso, mas também algo que deve ser realizado em todos os momentos da nossa vida. A exigência ética é uma componente insubstituível da dignidade humana, um espelho reflector do nosso carácter.

A construção de uma cultura ética exige que os dirigentes e chefias da Administração em especial, sujeitem o seu comportamento a elevados padrões deontológicos, afirmando sem hesitação e com firmeza a sua predisposição para servir com honestidade o público e fazer reflectir esta atitude em todas as acções. Só assim será possível evidenciar os fundamentos éticos da nossa Administração.

O patriotismo e a identificação com os superiores interesses de Macau são as luzes que nos guiam nos trabalhos de construção de uma cultura ética, os seus resultados reflectem-se nos pormenores mais ínfimos da nossa vivência quotidiana. O núcleo desses princípios consiste na dedicação plena à causa pública e a colocação do interesse global acima de tudo. Devemos incorporar no nosso comportamento todos esses valores e trabalhar para que mais pessoas ganhem o entusiasmo para aderir a esses valores.

Desde que contribuam para o bem estar da comunidade e o progresso social, devemos reconhecer a utilidade de alguns aspectos positivos resultantes da reconversão do nosso sistema social. Ao mesmo tempo, devemos manter uma disciplina moral exigente, no sentido de reduzir os efeitos negativos desses fenómenos. Só assim, é que seremos capazes de manter a integridade dos nossos valores éticos no meio das contradições que visualizamos. Assim, é que os valores éticos poderão ser concretizados com realismo em função das características da era em que vivemos. A nossa imunidade face aos desvios morais tem de ser sujeita constantemente a provações para que se possa fortalecer.

O crescimento de uma cultura moral na sociedade depende da transmissão de valores éticos à juventude. Devemos institucionalizar com celeridade a educação moral e cívica nos ensinos primário e secundário. O Governo irá continuar a providenciar mais professores qualificados vocacionados para ensinar nas áreas de educação cívica e moral, no sentido de transmitir à nossa juventude os valores de uma conduta ética. Devemos criar oportunidades para que os jovens tenham um contacto real com a complexidade dos fenómenos sociais, no sentido de apurar a sua capacidade de avaliação moral. Aos cidadãos que tiverem demonstrado um comportamento moral irrepreensível e superior, iremos atribuir-lhes o reconhecimento e os prémios que merecem. Iremos divulgar os seus feitos para que sirvam de referência às actividades de difusão de valores morais.

A moralidade de uma sociedade também se fundamenta no espírito científico pragmático e numa atitude de procura do saber. Devemos fazer tudo para conhecer a verdade dos factos, em toda a sua extensão. Devemos retirar ensinamentos da História e aplicar os mais rigorosos métodos de raciocínio lógico para uma compreensão completa da natureza das coisas e dos seus efeitos. Só assim, é que poderemos ter uma opinião racional e imparcial dos fenómenos. Só assim, é que poderemos garantir que todas as nossas acções visem a realização do interesse colectivo. O Governo, através do Centro de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável, irá reorganizar os recursos da sociedade e realizar estudos científicos sobre as políticas demográfica, de planeamento urbano, de diversificação adequada da economia e de elevação da qualidade de vida da população, no sentido de reunir os fundamentos científicos necessários para a definição de estratégias de longo alcance nestas matérias.

A alma e a razão formam o berço dos valores morais. Iremos todos dedicarmo-nos ao estudo das grandes religiões e escolas de pensamento, incluindo o Confucionismo e o Taoísmo, absorvendo a essência do que elas têm de melhor para a difusão de valores humanistas e aplicando no quotidiano as lições úteis para os tempos modernos em que vivemos. Queremos que a nossa população ganhe a consciência da necessidade de se identificar de livre vontade

a esses valores, fortalecendo, assim, os fundamentos morais da nossa sociedade e fazendo perdurar a civilização ética.

A construção de uma sociedade harmoniosa exige uma entrega total do Governo para assumir a mudança e comprometimento em toda a sua linha de acção. A sedimentação do valor de justiça em todas as vertentes da acção governativa, incluindo a instalação de mecanismos para a resolução de conflitos sociais, irá fortalecer os alicerces da harmonia social. As decisões judiciais legitimadas pelo sentido de justiça serão sempre a fortaleza que sustenta o princípio da legalidade e uma arma para combater os fenómenos de desarmonia, a favor da segurança e da harmonia. A generalização de valores humanistas universais contribui para a formação de uma cultura ética social. Todos esses elementos que acabei de enunciar – a justiça, a imparcialidade e a paz – são garantes da estabilidade social e progresso humano. A solidariedade e o espírito filantrópico constituem a mão invisível que irá moldar uma distribuição justa e equilibrada das riquezas. Uma vivência humanista multifacetada contribui para que um estilo de vida saudável e recto forme o caudal mais largo da experiência social.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Atendendo ao crescimento das receitas públicas, o Governo irá continuar a implementar as medidas de isenção e redução de taxas e impostos, com vista a apoiar as pequenas e médias empresas, melhorar as condições de vida dos cidadãos e promover a harmonia social. O Governo irá continuar a aplicar as medidas de redução e isenção fiscais adoptadas no corrente ano, designadamente o imposto profissional, a contribuição industrial, a contribuição predial, a taxa de licença de reclamos e tabuletas, o imposto de turismo, a taxa de licença de exploração dos vendilhões, a renda das bancas dos mercados, o imposto do selo sobre os seguros, à excepção do seguro de vida, o imposto do selo sobre os juros e comissões das actividades de crédito bancário. Iremos continuar a política de atribuição de um subsídio aos idosos. Iremos também incluir, no próximo ano, o imposto de selo sobre o seguro de vida, a taxa sobre os telemóveis e a taxa sobre os “pagers” na lista de actos que irão

beneficiar de isenção e redução fiscais. As medidas de isenção e redução fiscais acima descritas irão representar uma diminuição de receita pública na ordem dos quatrocentos e setenta milhões de patacas. O Governo, tendo em atenção o estado actual da economia e a evolução salarial da nossa sociedade, decidiu propor um ajustamento salarial para os trabalhadores da Função Pública, elevando de 52,5 patacas para 55 patacas, o valor de cada ponto indiciário. Esta ajustamento representa um aumento de 4,76 %. No próximo ano, o Governo irá apresentar a proposta de lei sobre esta matéria à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação.

## **CONCLUSÃO**

Senhora Presidente e Senhores Deputados

A Região Administrativa Especial de Macau encontra-se na encruzilhada entre duas opções estratégicas de desenvolvimento: o modelo tradicional e o modelo moderno. A prioridade deixou de ser colocada nos objectivos parcelares de políticas sectoriais para incidir nas infraestruturas sociais, políticas e administrativas. Temos a obrigação de erguer alto a bandeira dos valores morais e alargar os horizontes da nossa visão para encontrar no campo prático um modelo que reúna as virtudes de uma sociedade tradicional com as potencialidades de uma sociedade moderna. Assim, poderemos ter esperança de que, um dia, todos os grupos sociais, toda a população, no fundo, todos nós, possamos ser os verdadeiros beneficiários do progresso social e do desenvolvimento saudável.

Temos orgulho do princípio “um País, dois sistemas”, porque ele sempre tem sido um baluarte firme da solidez das nossas instituições. Os nossos cidadãos, diligentes e honestos, este meio milhão de pessoas, sempre se associaram aos superiores interesses da Pátria e de Macau, nos bons ou maus momentos. Apoiados nestes dois pilares, podemos tirar pleno partido de todas as vantagens para construir uma sociedade plural, harmoniosa e com substância. A população em geral expressou sem reservas as suas aspirações e tem

participado com entusiasmo nas obras de construção da nossa sociedade, enriquecendo e animando a vivência quotidiana. A confluência de todos esses factores positivos levou a que alguns conflitos sectoriais tenham sido oportunamente evitados ou canalizados para uma resolução feliz. Do mesmo modo, as problemáticas sociais foram acompanhadas de forma atenta, por forma a serem tratadas adequadamente.

Se soubermos olhar com lucidez as dinâmicas do processo de desenvolvimento de Macau, facilmente chegaremos à conclusão que é natural que numa sociedade democrática como Macau, exista uma cultura de eleições. Uma cultura de eleições pode, por um lado, contribuir para uma maior concorrência e progresso da sociedade, mas, por outro lado, também pode levar a que muitas questões sejam politizadas, dando origem a situações de conflito. Estes conflitos podem manifestar-se de uma forma agressiva. Mas, desde que saibamos manter a serenidade e uma postura correcta, em cumprimento escrupuloso da Lei Básica, mesmo que essas contradições venham a causar um ambiente de desarmonia e instabilidade durante algum tempo, nunca poderão abalar a nossa vontade firme e confiança no progresso humano. Elas não irão arrefecer as aspirações de harmonia da população nem impedir a aplicação correcta do princípio “um País, dois sistemas”.

A população de Macau está cada vez mais ciente de uma verdade: a construção de uma sociedade harmoniosa não é apenas uma exigência imediata dos nossos tempos, é também uma missão permanente virada para o futuro; é uma responsabilidade das pessoas da nossa geração que deve ser transmitida às gerações vindouras. A construção de uma sociedade harmoniosa nunca deve ser vista como uma obra de engenharia política passiva, de pura fachada. Pelo contrário, é uma missão histórica de significado indelével com consequências no bem estar de todos nós. Acreditamos que os nossos cidadãos estão dispostos a lutar ao nosso lado para a construção de uma sociedade harmoniosa para, um dia, poder colher os frutos de vitória nesta batalha que nos une.

Nestes sete anos, a Assembleia Legislativa tem sempre prestado uma colaboração leal aos trabalhos desenvolvidos pelo Governo. A Assembleia tem desempenhado com crescente eficácia e de forma equilibrada a sua função fiscalizadora das acções governativas, corrigindo em tempo oportuno os desvios das nossas estratégias. Os trabalhadores da função pública têm dedicado todas as suas energias para bem servir o público. Entre dificuldades e desafios, nunca perderam o seu sentido de lealdade. Os cidadãos construíram a prosperidade que todos estamos a viver, com o seu trabalho e constituem a base que suporta a acção governativa. As aspirações de diferentes grupos sociais, por sua vez, chamaram a atenção do Governo para dificuldades que urgem ser ultrapassadas. O Governo Popular Central e os seus organismos sediados em Macau sempre se prontificaram para acorrer a todas as solicitações de apoio apresentadas pela RAEM. Quero deixar aqui expresso o meu sentido agradecimento a todos pela vossa solidariedade.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos à Senhora Presidente e aos Senhores Deputados.